

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	59
10.8 - Plano de Negócios	60
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Enel Distribuição Rio segue as diretrizes do Sistema de Control de Gestão de Riscos (SCGR) definido a nível Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes na gestão dos riscos a través das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., para aplicar nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estas são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

Para seu cumprimento existe uma política específica de Gestão de Riscos dentro de cada Companhia a mesma que é revisada e aprovada ao início de cada ano por parte do Diretório, observando y aplicando as exigências locais em termos de cultura de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera as três linhas de ação (de defesa) para obter um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles, onde o controle da unidade de negócio é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, a través das diversas funções de controles internos desenvolvidos para assegurar a ótima gestão de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela unidade de negócio são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização. Cada linha de defesa tem sua obrigação de informar e manter atualizado a alta administração e Diretores sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha de defesa e o Conselho Adminsitrativo (Diretores) pela sua vez pela segunda e terceira linha de defesa.

A área de Gerenciamento de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais desta norma internacional para gerenciar riscos da empresa, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) preventivamente, analise, avalie para quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, e seu tratamento, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação junto às áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes Riscos, trabalhando em conjunto com a área de Gestão de Riscos. Na fase de tratamento de riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO e OSHAS) e das regulamentações governamentais que claramente exigem gerenciamento de riscos e sustentada, a fim de garantir boas práticas de governança e garantir a continuidade dos negócios.

A gestão dos Controles Internos visa garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos da metodologia, do cumprimento da metodologia COSO (Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Twayread). Esta área atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes Oxley, incluindo a certificação semestrida desses controles de auditoria externa e para definir em conjunto com as ações de correção de Proprietários de Processos e Proprietários de Control para mitigar as deficiências dos controles direcionados Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como, monitorar a implementação do mesmo e comunicar o status a Alta Administração. Os órgãos governamentais e a Alta Administração são os principais Stakeholders atendidos pelas "linhas de defesa" e são as partes mais bem colocadas para ajudar a garantir que o modelo três linhas de defesa se apliquem aos processos de gestão e controle de riscos da organização.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão, bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO (Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway), etc.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A empresa possui um Comitê de Crise que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna/externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem e reputação e gestão da empresa, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é o de indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, utilizando seis macrocategorias de riscos, a saber: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; Tecnologia Digital, Compliance e Operacional.

A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos, quantificados-os antes e depois das ações de mitigação.

Financeiros: englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento.

Estratégicos: Representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio e/ou seus objetivos estratégicos, estão relacionados, por exemplo, a inovação, planos de investimento, novos clientes, novos players, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros.

Tecnologia Digital: *cyber security*. Relacionados à sanções judiciais/administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação, como consequência de ataques cibernéticos e que possam afetar a continuidade do serviço.

Compliance: risco de não-conformidade com regulamentação/legislação (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação.

Operacionais: Representam os riscos da operação, e seu monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e da infraestrutura de distribuição e transmissão.

Governança e Cultura: Risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (stakeholders), incluindo aspectos culturais, e de

Adicionalmente, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados a sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **Riscos físicos associados às mudanças climáticas:** relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma economia de baixo carbono:** que envolvem riscos relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A seguir, apresenta-se os grupos de riscos e como eles são tratados:

Financeiros: A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para avaliação de demanda e hidrologia..

Estratégicos: são gerenciados pela área de Risk Control através da matriz de riscos classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação dos mesmos (Country Managements e Risk Owners).

Tecnologia Digital: Por se tratar de um risco transversal, com impacto em todo o mundo, o grupo Enel possui uma área especializada (CERT) e centralizada, que monitora e apoia todas as empresas do Grupo em relação a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, composta pelo Escritório Técnico, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização.

Compliance: Para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros em diferentes cenários. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia, e uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia.

Operacionais: são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos.

Governança e Cultura: Para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas (Stakeholders), há acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, e são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Integridade da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (Lei 12.846/13). Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance, adotado pelas companhias do grupo Enel no Brasil.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da holding Enel Brasil S.A.; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

A função de Risk Control Latin America atende a todos, e cada um dos países dentro da América Latina, onde é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; Tecnologia Digital, Compliance, Operacional, bem como, identificar outros riscos de forma ex-ante e definir em conjunto com os Risk Owners e Risk Assessors, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo ex post com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as Business Line de Infra-estrutura & Networking (I&N), Trading Generation (TGx), Geração (GT), Enel Green Power (EGP) e Enel X.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A área de Gerenciamento de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais desta norma internacional para gerenciar riscos da empresa, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) preventivamente, analise, avalie para quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, e seu tratamento, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação junto às áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes Riscos, trabalhando em conjunto com a área de Gestão de Riscos. Na fase de tratamento de riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO e OSHAS) e das regulamentações governamentais que claramente exigem gerenciamento de riscos e sustentada, a fim de garantir boas práticas de governança e garantir a continuidade dos negócios.

No âmbito de cada companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento.

Além do comitê de riscos e da Auditoria Interna, a Companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de Auditoria Interna e de Controles Internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como *Process* e *Control Owners* dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A Companhia dispõe de um Código de Ética, que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com esta empresa. Adicionalmente, a Companhia dispõe de um canal de denúncias em seu website, que garante o anonimato de seus delatores.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel (Policy no 349), a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação.

A Companhia adota estratégias visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos financeiros. Com essa finalidade, mantém processos gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia tem como objetivos de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível mínimo de caixa para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Dentre os riscos de mercado para os quais a Companhia possui mecanismos de proteção estão:

Risco de crédito:

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte, no caso de transações financeiras.

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Tabela 5.2.b.i.1 (R\$ mil):

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	31.12.2018
AAA	275.400	143.962
AA+	95.784	89.349
Banco Central do Brasil	-	43.633
Numerário em trânsito	38.136	71.228
Não avaliado	-	681
Total geral	409.320	348.853

Risco de câmbio: Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (swaps) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge).

Risco de engargos de dívida (taxas de juros e inflação):

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 75% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, IPCA e Libor).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Tabela 5.2.b.i.2 (R\$ mil):

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Selic	33.072	8,91%	16.346	6%
CDI	314.842	84,82%	248.383	89%
Pré-Fixado	23.270	6,27%	12.896	5%
Total	371.184	100%	277.625	100%

Tabela 5.2.b.i.3 (R\$ mil):

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2019	%	31.12.2018	%
IPCA	3.613.155	100%	3.378.495	100%
Total	3.613.155	100%	3.378.495	100%

Tabela 5.2.b.i.4 (R\$ mil):

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Arrendamentos	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Taxa fixa	708.835	18,15%	586.548	16,70%
TJLP	24.978	0,64%	374.288	10,65%
Selic	-	0,00%	110.593	3,15%
CDI	3.147.490	80,61%	2.087.341	59,42%
IPCA	-	0,00%	303.671	8,64%
Libor	23.404	0,60%	50.375	1,43%
Total	3.904.707	100,00%	3.512.816	100%

Risco de liquidez:

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia administra o nível de capital e liquidez para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca dar retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio do balanceamento do saldo das dívidas e do patrimônio, de acordo com um posicionamento considerado conservador na gestão financeira.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**Risco de crédito, cambio, taxas de juros e inflação**

O impacto de fatores que possam afetar as operações, o Balanço e os Resultados da Companhia, tais como flutuações na atividade econômica (risco de crédito), taxa de câmbio, taxas de juros e índices de inflação, é monitorado constantemente por meio de simulações periódicas das exposições de crédito (aplicações financeiras e créditos a receber de clientes) e dívida, do fluxo de caixa para os próximos 12 meses e através do Plano Industrial da Companhia (Business Industrial Plan - BIP) que sofre atualização trimestral ou semestral para o ano corrente e revisão anual para o longo prazo que compreende às projeções para um período de cinco anos.

O monitoramento permite o planejamento do nível de exposição a cada indexador, levando em consideração também as oportunidades e restrições de mercado, buscando uma diversificação (Tabela 5.2.b.i.4) que reduza impactos que a volatilidade de mercado possa causar no estoque de dívidas e gastos financeiros.

No do Ativo Financeiro Indenizável (Tabela 5.2.b.i.3), a atualização pelo IPCA é parte do modelo regulatório, não havendo ações de proteção aplicáveis.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. No fechamento de 2019 a Companhia possuía instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2019 existiam 3 contratos de swap, sendo um contrato de Libor + Spread para CDI + Spread, um de dólar + Spread para CDI, e um de dólar + Spread para Spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e da Libor, conforme demonstrados a seguir:

				Valores de referência	
Contraparte				Moeda local	
Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	31.12.2019	31.12.2018
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	-	11.583
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	56.439	38.332
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CDI + 0,40%aa FIXO 7,675% aa	-	(407)
ITAÚ S.A.	13/03/2018	07/01/2019	115,65% CDIFIXO 7,54%aa	-	(2.981)
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	66.249	51.750
CITIBANK S.A.	24/12/2018	24/06/2019	Libor + 0,91%aa CDI + 1,0%aa	-	556
SCOTIABANK S.A.	15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	9.852	-

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Para o risco de crédito junto aos clientes, a Companhia adota como estratégia uma política de cobrança preventiva com ações que evitam a utilização imediata do instrumento de corte. Além disso, a Companhia possui uma base de clientes diversificada e pulverizada que permite a mitigação desse risco de forma natural. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Risco de Liquidez

Para os ativos financeiros utilizados na gestão de liquidez (Tabela 5.2.b.i.2), o mercado brasileiro atua predominantemente com o CDI/Selic como referenciais para instrumentos de liquidez imediata. Assim, a Companhia adota como estratégia alocar a maior parte de suas disponibilidades em aplicações financeiras atreladas ao CDI/Selic. Considerando que o estoque de dívidas indexadas a estes indexadores supera o saldo de ativos, não há outras ações de balanceamento ou hedge necessárias (a estratégia de gestão de riscos para estes instrumentos está mais relacionada à diversificação de riscos de contraparte, explicitada na Tabela 5.2.b.i.1).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia, eventualmente, se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (*cambio*) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza-se de monitoramento dos potenciais impactos financeiros utilizando informações de mercado para calcular o Mark to Market e realizar análises de sensibilidade dos instrumentos, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta através de projeções de fluxos de caixa atualizadas periodicamente e de sua posição econômica.

Decisões sobre a mitigação de riscos estão relacionadas à percepção de riscos evidenciados pelas projeções mencionadas e às oportunidades de mercado para proteções adequadas, seguem parâmetros estabelecidos em diretrizes gerais e políticas do Grupo listadas a seguir:

Risco de crédito

Em relação a perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. Além disso, é estabelecida provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Em relação ao risco de contraparte, a companhia possui limites de exposição por instituição financeira. Esses limites são definidos baseados no rating de cada instituição, levando em consideração também o patrimônio líquido e relacionamento global com o grupo Enel no mundo. Mensalmente os limites são checados e podem sofrer alteração ou manutenção, seguindo também diretrizes do monitoramento corporativo de riscos para cada instituição financeira.

As contrapartes classificadas como investment grade (escalas locais das principais agências de riscos) possuem limite de exposição que variam de € 5,0 milhões (cinco milhões de euros) a no máximo € 80,0 milhões (oitenta milhões de euros). Já as instituições que não são classificadas como investment grade (escalas locais das principais agências de riscos) não são admitidas como contraparte.

Risco de câmbio

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

Em relação à exposição cambial relacionada a dívidas financeiras denominadas em moeda estrangeira, na posição de dezembro/19 não havia coberturas contratadas, por considerar-se que o nível de exposição indicava risco potencial não relevante (Tabela 5.2.b.i.4).

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos investment grade (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Risco de taxas de juros e inflação

A Companhia monitora periodicamente o impacto potencial de variação nas taxas de juros e inflação de forma a avaliar a eventual necessidade de buscar proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, através de balanceamento entre ativos e passivos no curto/médio prazos, medidas de diversificação de indexadores ou eventual contratação de derivativos (caso haja disponibilidade em condições adequadas).

A contratação eventual de instrumentos derivativos é sujeita à aprovação prévia pela Diretoria e, caso necessário, também pelo Conselho de Administração da Companhia.

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo diverso de proteção patrimonial. A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Enel Distribuição Rio segue as diretrizes do Sistema de Control de Gestão de Riscos (SCGR) definido a nível Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes na gestão dos riscos a través das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., para aplicar nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estas são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A nível regional a área de Risk Control Latin America atende a todos, e cada um dos países dentro da América Latina, incluindo a Companhia, a qual é responsável pela gestão dos principais riscos de mercado, entre outros riscos, identificando-os de forma ex-ante e definindo em conjunto com Risk Owners e Risk Assessors, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para processo ex-post com a continua gestão de riscos, buscando eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados.

Na Companhia, o Diretor Financeiro é o responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos de mercado seguindo as diretrizes da Política Global, apoiado pela estrutura de finanças da holding da Companhia no país, Enel Brasil S.A.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento na Companhia.

A Companhia conta, ainda, com uma área de Controles Internos (ICFR – Internal Control over Financial Reports) que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme citado acima, a Companhia executa o monitoramento da gestão dos riscos por meio da implantação de controles internos, que mitigam os riscos que podem impactar nos resultados financeiros da Companhia, bem como através de testes de efetividade destes controles. A área de Controles Internos tem a função de assegurar a implantação e continuidade dos controles e os testes de efetividade são efetuados pela área de auditoria interna.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de risco adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável, bem como as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* (executor controle) e *Process Owners* (dono dos processos), e testados por uma empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05 e garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Como controlada indireta da Enel Américas, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre os controles relacionados a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, realizando a gestão dos riscos relacionados à atividade, bem como, o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos com objetivo de garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de Governança Corporativa, estrutura COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) dentre outros.

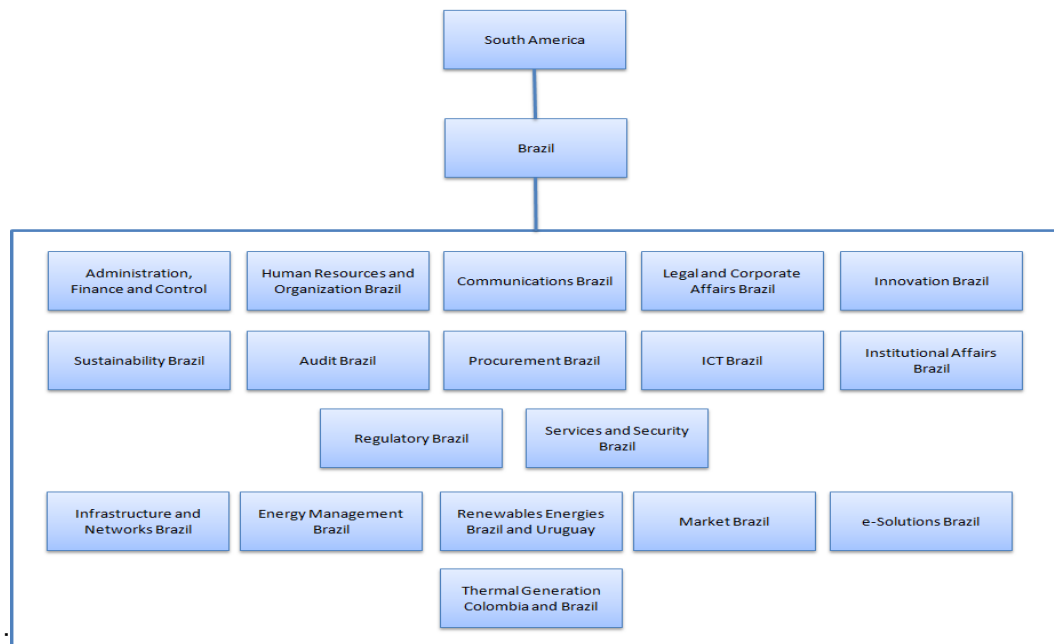
Para todas as deficiências identificadas no sistema de controles internos, são definidos planos de ação, responsável e prazo para remedia-las. Tomando por base testes executados pela Auditoria Independente contábil, durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas deficiências de controle significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia, envolve todas as suas estruturas organizacionais (Diretorias Estatutárias), as quais reportam direto ao Conselho de Administração, no processo de monitoramento de controles internos, com apoio de áreas específicas responsáveis por Controles Internos, Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos da estrutura de sua controladora. Todas essas estruturas do Controlador são contempladas e envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle interno da Companhia. Essas estruturas participam semestralmente da Certificação do ambiente de controles interno através da avaliação de eficácia dos controles desenhados para mitigar os riscos relacionados aos seus processos.

As Diretorias Executivas da Companhia estão descritas no item 12.1(b) deste Formulário. As estruturas de apoio do controlador estão representadas abaixo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners* dos processos, e testados por uma empresa de consultoria independente para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley e Lei Italiana 262/05.

A área de auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração e respectivo controle e comitês de Risco "CRC (s)" e Top de que o controle interno e do sistema de gestão de risco eficientemente gerido, contribui para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social. A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pela área de Controles Internos. A carta de recomendação relacionada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 dos Auditores Independentes não observou pontos relevantes de controle.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e definiu planos de ação para implantá-las. As recomendações apresentadas estão relacionadas a aprimoramentos nos processos de unitização de obras, baixa de ativos imobilizados e intangíveis, atualização do ativo indenizável, conciliação contábil de projetos de PEE e P&D, revisão da mensuração de derivativos, completude das faturas de compras de energia e gestão de acessos sistêmicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, visa, dentre outros objetivos, à proteção de riscos de reputação e imagem. Além disso, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir e detectar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia também segue o Programa de Integridade aprovado por seu Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016 que visa garantir aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a responsabilidade penal corporativa. Além disso, a Companhia adota, conforme aprovação pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016, o Programa Global de Compliance do grupo Enel que foi criado para todas as sociedades do grupo Enel no mundo e que toma como referências os requisitos das mais avançadas leis anticorrupção como as FCPA e UK Bribery Act 2010.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** A Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- **Plano de Tolerância Zero Corrupção:** O grupo Enel é comprometido com o respeito a seu Código de Ética e com os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige aos seus colaboradores que sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos às demais partes interessadas, ou seja, às pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual "as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno", é intenção da Enel Brasil continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo "*Transparency International*".
- **Conduta em caso de Conflito de Interesses:** Orienta em como identificar e proceder em situações de conflito de interesses. Essa conduta aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Presentes e Entretenimento:** Define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e entretenimento. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Política de Vedação ao Segundo Emprego ou Atividade Externa:** Define parâmetros de aplicação ou não da vedação aos colaboradores da Companhia em atuarem em um segundo emprego ou em atividades externas. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.

- **Política de Contribuições e Doações de Qualquer Natureza:** Orienta na realização de contribuições e doações de qualquer natureza em nome da Companhia. Essa política aplica-se a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia. No que tange doações a partidos políticos, a Companhia não financia partidos políticos, nem seus representantes ou candidatos, nem no Brasil nem em outros países e não patrocina nenhum acontecimento cujo fim exclusivo seja a propaganda política.
- **Ações de Comunicação:** Ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de *Compliance* através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV.
- **Condução de Treinamentos:** De modo a garantir que todos os colaboradores da Enel tenham um entendimento correto do Código de Ética, a Diretoria de Recursos Humanos preparará e implantará, em coordenação com a Auditoria Interna, um plano de treinamento anual focado no conhecimento dos princípios e normas éticos.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas através do e-mail do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210- 205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- **Gestão de Riscos:** A função de *Risk Control Enel South América* é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparties, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo *ex post* com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Lines*.
- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** O relacionamento do grupo Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que supunham vantagens competitivas ilícitas; (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.
- **Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** Tal procedimento define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com estas últimas.
- **Contratação de Serviços de Consultoria e serviços profissionais:** Considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o grupo Enel conta com procedimento específico que regula este tipo de contratação com fluxos específicos de comunicação e aprovação. Para verificar o seu correto cumprimento, semestralmente é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencie a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.

- **Declaração de Cumprimento com o Programa de *Compliance*:** Semestralmente, a primeira linha do corpo diretivo assina a declaração de conformidade com o Programa de *Compliance* do grupo Enel no qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo”.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um funcionário responsável pela auditoria interna formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de *Compliance Officer*) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa de *Compliance* da Companhia. A unidade de auditoria interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

Dada a relevância do Programa de Integridade e considerando que o mesmo permeia todas as áreas da Companhia, o *Compliance Officer* conta com o apoio dos diretores jurídicos, através do suporte formal da unidade Compliance dentro da diretoria Jurídica, e de Recursos Humanos, através do “Comitê de Supervisão do Programa de Integridade”, cuja principal função é monitorar a eficácia e a atualização do Programa.

O Comitê de Supervisão do Programa de Integridade do Grupo Enel tem como principal objetivo monitorar a eficácia e atualização do Programa de Integridade, a fim de prevenir ou mitigar os riscos que possam gerar responsabilidades para a Enel e para as suas controladas.

Para isso, o Comitê: (i) fiscaliza o cumprimento das disposições do Programa de Integridade e das normas éticas aplicáveis; (ii) verifica a eficiência do Programa de Integridade para prevenir a ocorrência de quaisquer situações contrárias ao mesmo ou à legislação vigente; (iii) atualiza periodicamente o Programa de Integridade com o intuito de adaptá-lo às necessidades das controladas e às mudanças legais; e (iv) analisa descumprimentos éticos identificados e determina as medidas disciplinares aplicáveis.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas. Esses compromissos e responsabilidades guiam todas as ações da Companhia, fornecendo um modelo de como todos devem interagir com outras pessoas da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

Dentre as orientações estabelecidas no Plano de Tolerância Zero temos a obediência ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética da Companhia são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e temporários. Além disso, as companhias do grupo Enel exigem que seus principais fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais deste Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Anualmente são feitos treinamentos para garantir conhecimento quanto a governança corporativa da Companhia bem como aos temas de ética e *compliance*.

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do grupo Enel são apuradas e, caso seja identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas.

O Código de Ética e o Plano de Tolerância Zero Corrupção foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de dezembro de 2010 e estão disponíveis no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>) e no site da intranet do grupo Enel.

(b) canal de denúncia

Conforme mencionado nos itens anteriores, as denúncias deverão ser apresentadas através do e-mail do Canal Ético da Enel Brasil (<http://www.ethicspoint.com/>) ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210-205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro.

Além disso, a Companhia possui um Canal Ético disponível na intranet, internet e através de telefone (0800-892-0696), o canal de denúncias recebe denúncias sobre práticas e comportamentos corporativos inadequados, referentes à confidencialidade, conflitos de interesse em auditorias, apropriação indevida, meio ambiente, saúde e segurança e problemas com fornecedores e prestadores de serviço. O canal de denúncias atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

Há também a ouvidoria interna, área destinada a receber reclamações dos colaboradores, tem sua gestão realizada desde outubro de 2014 por uma empresa externa e independente, responsável por encaminhar as queixas ou comunicações a Recursos Humanos, garantindo a confidencialidade do autor. A mudança buscou conferir mais autonomia e transparência a esse canal de relacionamento.

A recepção das manifestações é feita por uma empresa terceirizada para garantir total isenção no acolhimento de toda e qualquer manifestação. Por outro lado, a gestão e o tratamento, das remediações está sob responsabilidade da auditoria interna da Companhia.

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de quaisquer pessoas, incluindo empregados e terceiros.

O contato com o canal de denúncias pode ser feito de forma anônima e as informações são tratadas de forma confidencial, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da Companhia ou das pessoas envolvidas no testemunho.

Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

As indicações enviadas ao canal de denúncias são apuradas pela equipe da auditoria interna da Companhia e da Enel.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia realiza verificações sobre risco de práticas irregulares, como parte das atividades de *due diligence* realizadas durante processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, verifica se são dadas as condições mínimas necessárias para cumprir as diretrizes dos códigos éticos seguidos pela Companhia.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado. Após o resultado da exitosa negociação de *covenants* realizada em dezembro de 2015 e o cumprimento dos compromissos de respaldo assumidos pela controladora, a estrutura de capital da Companhia foi readequada com o aumento de Capital no valor de R\$ 1.200 milhão realizado em dezembro de 2017. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional), superior ao soberano do Brasil. A Companhia encerrou 2019 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,51 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA acumulado nos últimos 12 meses) em 3,64.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou em 3,25. O EBITDA acumulado dos 12 últimos meses referente a posição de 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 1.060,3 milhões, um aumento de 13% quando comparado com 2018.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 18 de setembro de 2019, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Foram reafirmados também os ratings AAA (bra) atribuídos às 9ª e 10ª emissões de debentures da Companhia.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e intercompanhia para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. A Ampla Energia encerrou 2019 com o custo da dívida médio em 8,58% a.a., ou CDI + 2,49% a.a. (incluindo o custo de financiamento de longo prazo com recursos da Enel Brasil).

Em julho de 2019, A Companhia realizou o pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 (montante total de R\$ 719.000, com vida média de 1,57 e custos atrelados a TJLP, Selic e IPCA, com spreads de 3,10% a 9,50%), com o objetivo de otimizar os gastos financeiros. Desconsiderando o custo de pré-pagamento das operações de repasse do BNDES, o custo da Companhia teria sido de 7,83% equivalente a CDI + 1,79%a.a.

Indicadores de Endividamento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Dívida Bruta / EBITDA	3,64	3,75	4,94
Dívida Líquida / EBITDA	3,25	3,38	4,27
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,51	0,50	0,48
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,49	0,48	0,45

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicadores de liquidez	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Liquidez Geral (Ativo Circulante + ativo não circulante) / (Passivo circulante + Passivo não circulante)	1,53	1,56	1,56
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,72	0,65	0,80
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários / Passivo Circulante)	0,11	0,11	0,16
<p>OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante; - Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante; - Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante; <p>Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caixa e equivalente de caixa - Títulos e valores mobiliários 			

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido):

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.660.976	3.495.551	3.356.968
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	3.252.711	2.981.240	2.551.267
TOTAL (R\$ mil)	6.913.687	6.476.791	5.908.235
Capital Próprio (%)	52,95%	53,97%	56,82%
Capital de Terceiros (%)	47,05%	46,03%	43,18%
Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)			

2019

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2019, 52,95% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 47,05% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2018

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2018, 53,97% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 46,03% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2017

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2017, 56,82% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 43,18% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Ao final do exercício de 2019, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros, refletida no cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras – Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018	Exercício social findo em 31/12/2017
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	BNDES 2011 e 2017	3,50	-	2,68	3,15
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2011 e 2017	0,60	-	0,46	0,43
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,80	1,65	1,86
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,19	0,31	0,26
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	2,52	2,68	3,15
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	0,47	0,46	0,43
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	ITAÚ BBA PLC	3,50	2,52	2,68	3,15
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	ITAÚ BBA PLC	0,60	0,47	0,46	0,43
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	SCOTIABANK	3,50	2,52	-	-

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados).

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências para devedores duvidosos.

Obrigações Especiais Financeiras – Debêntures	Contrato – Emissões de Debêntures	Valor Compromissado	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018	Exercício social findo em 31/12/2017
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	9ª e 10ª	0,60	0,47	0,46	0,43
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	9ª e 10ª	3,50	2,52	2,68	3,15

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados).

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências para devedores duvidosos.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2019

Ao final do exercício de 2019, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2019, medindo 2,52, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2019 em 0,47 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2018

Ao final do exercício de 2018, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2018, medindo 2,68, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2018 em 0,46 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

2017

Ao final do exercício de 2017, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2017, medindo 3,15, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2017 em 0,43 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2017, 2018 e 2019), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas;

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversos bancos; (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); (v) empréstimos contratados no mercado financeiro; e (vi) empréstimos intercompanhia realizados pela sua controladora (até R\$ 1.700 bilhão já aprovados pela Aneel até dezembro de 2022).

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte relevante das necessidades de recursos financeiros, incluindo investimentos. A Companhia busca financiamento por meio de operações bancárias e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, foram captados os montantes de R\$ 600.000 mil e R\$ 1.000.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (BNP e Scotiabank) e do mercado de capitais, respectivamente, para financiar capital de giro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No exercício de 2018, foram captados o montante de R\$ 86.866 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; e R\$ 320.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2017, foram captados o montante de R\$ 417.467 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; R\$ 250.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro; e R\$ 600.000 mil para financiar capital de giro e reperfilar as dívidas da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas *revolving* de crédito bancário, já contratadas e imediatamente disponíveis, e contas garantidas mantidas para este fim. Em 2019, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 180.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R\$ 720.783 mil. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência do seu perfil de riscos financeiros.

Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 989.956 mil refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Para execução de investimentos, a Companhia utilizou financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, e também a emissão de dívida no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2019, 2018 e 2017

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018	Exercício social findo em 31/12/2017
Citibank N.A (II)	390.539	376.925	-
CITIBANK 4131 III	-	143.984	-
Itaú BBA International PLC	311.182	299.146	255.433
Citibank N.A.	-	-	125.400
Scotiabank	217.446	-	-
Santander Chile	-	295.048	253.905
Total de Empréstimos	919.167	1.115.103	634.738

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2018	Exercício social findo em 31/12/2017
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	25.431	35.619
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	-	10.020
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	-	9.936
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	28.246	36.510	44.780
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	12.223	36.555	60.551
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	12.228	36.568	60.578
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	527	1.050	1.566

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	23.164	38.423
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	89.159	113.104
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	110.593	133.131
BNDES A1- ITAÚ (d)	-	144.811	109.966
BNDES B1- ITAÚ (d)	-	81.684	78.285
BNDES C1- ITAÚ (d)	-	18.770	12.620
BNDES A2- BRADESCO (d)	-	92.428	70.359
BNDES B2- BRADESCO (d)	-	52.278	50.105
BNDES C2- BRADESCO (d)	-	12.013	8.078
BNDES A3- SANTANDER (d)	-	66.433	50.563
BNDES B3- SANTANDER (d)	-	37.575	36.345
BNDES C3- SANTANDER (d)	-	8.634	5.822
BNP PARIBAS 4131 (e)	413.720	-	-
Total de Empréstimos	466.944	873.656	929.851
Partes Relacionadas			
Enel Brasil	989.956	914.662	936.119
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF	-	108.791	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	989.956	1.023.453	936.119
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.376.067	3.012.212	2.500.708
Resultado das Operações de Swap	-132.540	-98.833	46.972
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.243.527	2.913.379	2.547.680
Circulante	1.260.803	1.761.231	1.090.025
Não Circulante	1.115.264	1.250.981	1.410.683

Características das operações contratadas:

- a) *Repassse BNDES FINEM/FINAME 2011* - Financiamento para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2011, no montante total de R\$ 331.397.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- b) *Repassse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013* – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- c) *Repassse BNDES FINEM/FINAME 2014/2015* – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 04 de setembro de 2015, no montante total de R\$ 476.612.954,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- d) *Repassse BNDES FINEM/FINAME 2016/2017*- Financiamento para o plano de investimento 2016/2017 da Companhia contratado em 15 de setembro de 2017, no montante total de R\$ 513.953.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) **BNP 4131** - Financiamento contratado em 04 de fevereiro de 2019 com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia no montante de R\$ 400.000.000,00.

f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:

- **Contrato com Citibank N.A** – Empréstimo contratado em 06 de janeiro de 2016 no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 150.000.000,00;
- **Contrato de Abertura de Crédito com Banco Santander Chile (Nº 6.127-2016)** – Empréstimo contratado em 07 de março de 2016 no montante total de USD 75.000.000,00, equivalentes a R\$ 277.717.500,00;
- **Contrato com Itaú BBA International** – Empréstimo contratado em 05 de julho de 2017 no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
- **Contrato com Citibank N.A (II)** – Empréstimo contratado em 28 de março de 2018 no montante total de USD 96.869.891,63, equivalentes a R\$ 320.000.000,00;
- **Contrato com Citibank 4131 (III)** – Empréstimo contratado em 24 de dezembro de 2018 no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 143.580.445,54.
- **Contrato com Scotiabank 4131** – Empréstimo contratado em 11 de julho de 2019 no montante total de USD 53.329.067,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,97.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017
2019	-	-	662.773
2020	-	242.616	208.305
2021	703.566	879.645	427.486
2022	408.257	128.720	112.119
2023	3.441	-	-
	1.115.264	1.250.981	1.410.683

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Exercício social findo em 31/12/2019		Exercício social findo em 31/12/2018		Exercício social findo em 31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 9ª emissão	601.170	-	1.511	600.000	1.630	600.000
1ª série - 10ª emissão	15.782	1.000.000	-	-	-	-
(-) Custos a Amortizar	(1.037)	(1.382)	-	(2.074)	-	(3.108)
Total sem Efeito de Swap	615.915	998.618	1.511	597.926	1.630	596.892
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures Líquido	615.915	998.618	1.511	597.926	1.630	596.892

Em 31 de dezembro de 2019, as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características	9ª emissão
	Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2020
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Única Parcela
Data das amortizações	2020
Características	10ª emissão
	Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	1.000.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019
Vencimento inicial	15 de março de 2024
Vencimento final	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	108% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em duas parcelas anuais
Data das amortizações	2023 e 2024

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

10ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 10ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

9ª e 10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50
Dívida financeira líquida / Dívida financeira líquida + PL	0,60

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31/12/2017
2020	-	597.926	596.892
2021	(325)	-	-
2022	(325)	-	-
2023	666.342	-	-
2024	332.926	-	-
	998.618	597.926	596.892

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2019	%	Exercício findo em 31/12/2018	%	Exercício findo em 31/12/2017	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	647.140	16,8%	586.548	16,7%	537.641	17,1%
TJLP	24.978	0,6%	374.288	10,7%	447.010	14,2%
Selic	-	0,0%	110.593	3,1%	133.131	4,2%
CDI	3.185.941	82,6%	2.087.341	59,4%	1.789.802	56,9%
IPCA	-	0,0%	303.671	8,6%	230.888	7,3%
Libor	-	0,0%	50.375	1,4%	7.730	0,2%
Total	3.858.059	100,0%	3.512.816	100,0%	3.146.202	100,0%

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos Itaú BBA, Santander, Bradesco, (sindicato de repasse BNDES), BNP e ScotiaBank. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que estão subordinados ao contrato de repasse BNDES, ao contrato de empréstimo com o Citibank S/A, ao contrato Itaú BBA International e às emissões de Debentures.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros, ($\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{EBITDA} \leq 3,50$; $\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{Dívida Financeira Líquida} + \text{PL} \geq 0,60$) para as debêntures; e ($\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{EBITDA ajustado} \leq 3,5$; $\text{Dívida Líquida} \div (\text{Dívida Líquida} + \text{PL}) \leq 0,6$ – para os Contratos de Repasse BNDES, do Citibank N.A, do Itaú BBA International.

A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia.

Segue no quadro abaixo os contratos financeiros da Companhia e suas cláusulas restritivas e de vencimento antecipado cruzado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nº	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
1.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 003150004151100	BNDES (Agentes Financeiros: Itaú, Santander)	<p>Limite de endividamento: (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p>Transferência de Controle: Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros.</p> <p>Objeto Social: Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objetivo social, consignado no estatuto ou contrato social.</p> <p>Garantias: Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,49% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter da relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vincenda das obrigações garantidas.</p> <p>Protesto de Títulos: Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p>Vencimento Antecipado Cruzado: Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
2.	Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Ampla Energia e Serviços S.A.	Pentágono S.A	<p>Limite de endividamento: (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 4,00 para o 1 e 2 trimestre de 2018; 3,50 do 3 trimestre de 2018 até a data de vencimento.</p> <p>Transferência de Controle: Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora.</p> <p>Cisão, Fusão e Incorporação: sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's;</p> <p>Ordem de Pagamento por decisão judicial: Descumprir ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 70.000.00 (setenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda.</p> <p>Vencimento Antecipado Cruzado: decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira que esteja sujeita a Emissora e/ou a Fiadora, ou qualquer acordo do(s) qual(s) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).</p> <p>Protesto de Títulos: contra a Emissora existe protesto de títulos com valor não pago, individual ou agregado, maior que R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), não regularizado em 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto</p>
3.	CREDIT AGREEMENT DATED AS OF MARCH 28 ,2018 among AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A , ENEL BRASIL S.A as Guarantor and CITIBANK as Bank	CITIBANK	<p>Limite de endividamento: Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50, por 2 trimestres consecutivos até a data de vencimento do contrato.</p> <p>Vencimento antecipado cruzado: O devedor e suas subsidiárias deixem de pagar qualquer principal de juros em relação a qualquer dívida igual ou maior ao contratado, individualmente ou suas filiais.</p> <p>Ordem de Pagamento por decisão judicial: Qualquer medida judicial ou ordem de pagamento imediato em um montante agregado igual ou superior ao limiar do montante (na medida em que não abrangidas pelo seguro de terceiros independentes, como a que a seguradora não contesta cobertura) será proferida contra qualquer devedor e deve continuar insatisfeito e em vigor por um período de trinta (30) dias consecutivos sem ser desocupado, descarregado, satisfeitos ou ficou pendente de recurso</p> <p>Cisão, Fusão e Incorporação: Se houver um processo se iniciado um contra o Mutuário sem aviso, em qualquer tribunal de justiça competente, buscando sua reorganização, liquidação, dissolução, arranjo, dissolução ou composição ou reajuste de suas ações e respectivas dívidas, (i) a nomeação de um destinatário, custodiante, agente fiduciário, examinador, liquidatário ou semelhante ou de todos ou substancialmente todos os seus respectivos bens ou (ii) semelhante a qualquer lei relativa à falência , insolvência, reorganização, liquidação ou composição ou ajuste de suas dívidas, e esse processo continuar , ou uma ordem, julgamento ou decreto que aprova ou ordene qualquer um dos itens anteriores deverá ser registrada e permanecer sem interrupção e em vigor, por um período de 30 ou mais dias corridos;</p> <p>Protesto de Títulos: Sofrer Protesto de Títulos no Brasil proferido por qualquer devedor exceto se resolvido no prazo de 15 dias úteis após a emissão do protesto.</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4.	Contrato de Empréstimo Internacional	Itaú BBA International (PLC)	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA \leq 3,50 e Dívida financeira líquida/(Dívida financeira Líquida + PL) \leq 0,60</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> SOLICITAR a anuência prévia e expressa do CREDOR, no caso de transferência do controle acionário direto ou indireto do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR, ainda que em decorrência de INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, FUSÃO ou CISÃO do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR. Salvo exceção se o controle continuar com a ENEL AMERICAS S.A. (CHILE) , pelo GARANTIDOR (DEVEDOR) ou por outra empresa com RATING inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da ENEL AMERICAS.</p> <p><u>Garantias Contratuais:</u> As garantias do contrato estão cobertas por 100% da Cessão fiduciária do Swap e o Aval Enel Brasil SA, com o comprometimento do GARANTIDOR de ter obtido todas as autorizações necessárias</p> <p><u>Objeto Social:</u> Comunicar a mudança ou alteração do objeto social do DEVEDOR ou do GARANTIDOR, de forma a alterar as atuais atividades principais, ou agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> Pode-se pre-pagar (total ou parcial) os mútuos subordinados , desde que, com tal amortização ou resgate antecipado, seja feito conforme aumento de capital do DEVEDOR, em montante igual ou superior ao montante do Mútuo Subordinado, ou a qualquer momento a partir de 01/01/2018 , desde que o índice financeiro DFlíquida/EBITDA, fique menor que 2,70, podendo amortizar 30% do saldo devedor dos Mútuos subordinados no momento do pré pagamento.</p> <p><u>Obrigação Pecuniária ou Não pecuniária:</u> Deixar de cumprir obrigação pecuniária do contrato, cujo valor individual e/ou agregado seja SUPERIOR a 15 milhões de reais, não sanada em 2 dias úteis; e não pecuniária cujo valor individual e/ou agregado seja superior a 50 milhões de reais e não sanada em 3 dias úteis</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Se existir PROTESTO DE TÍTULO não pago com valor individual ou agregado superior a 50 milhões de reais não elididos no prazo legal.</p>
5.	Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sa Espécie Quirografária, Série Única, para Distribuição Pública com esforços restritos de Distribuição da Ampla Energia e Serviços S.A.	Oliveira Trust S.A	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50 a partir do 1 trimestre de 2019 até a data de vencimento.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora;</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's;</p> <p><u>Cessão ou venda de ativos:</u> Cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação ("Alienação") pela Emissora por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% do ativo total da Emissora (conforme apurado com base na demonstração financeira da Emissora mais recente divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Emissora, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Emissora</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Ter TÍTULO PROTESTADO contra a EMISSORA e/ou a FIADORA cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse a R\$ 70 milhões de reais, ou equivalente em outra moeda, saldo se tiver sido de má fé , desde que provado pela EMISSORA, ou cancelado dentro do prazo máximo de 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto.</p>
6.	CREDIT AGREEMENT Dated as of February 4, 2019 among AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A as Borrower, ENEL BRASIL S.A as Guarantor and BNP PARIBAS as Bank	BNP PARIBAS	<p><u>Limite de endividamento:</u> não tem covenants financeiros</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Se a ENEL AMERICAS, uma sociedade sob as leis do Chile, deixar de ter posse direta ou indireta, da maioria das ações em circulação.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Sofrer Protesto de Títulos no Brasil proferido por qualquer devedor em um valor igual ou maior que R\$ 100 milhões de reais (vr de referência do contrato) exceto se resolvido no prazo de 15 dias úteis após a emissão do protesto.</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

7.	CREDIT AGREEMENT DATED AS OF JULY 11 2019 among AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A as Borrower and BANK OF NOVA SCOTIA as Bank	BANK OF NOVA SCOTIA	<p>Limite de endividamento: Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50, por 2 trimestres consecutivos até a data de vencimento do contrato</p> <p>Vencimento antecipado cruzado: Se o Mutuário não realizar o pagamento de qualquer principal ou juros de qualquer Dívida (seja no vencimento declarado ou em razão de pré-pagamento obrigatório ou opcional) com um valor principal individual ou agregado de R\$ 70.000.000 (setenta milhões de Reais) ou seu equivalente em outra moeda, ou qualquer inadimplência continuada por tempo maior que o período de carência aplicável, e; Se houver, qualquer Endividamento do Mutuário com valor principal individual ou agregado de R\$ 70.000.000 (setenta milhões de Reais ou o equivalente em qualquer outra moeda) produto de um vencimento antecipado por não cumprir com as obrigações contratuais, e ainda não pagos pelo Mutuário de acordo com seus termos.</p> <p>Ordem de Pagamento por decisão judicial: Medida judicial ou ordens improcedentes para pagamentos que excedam a R\$ 70.000.000 (setenta milhões de Reais, ou o equivalente em qualquer outra moeda) serem emitidas contra o Mutuário e o mesmo não o quitar por um período de 30 dias e sem interrupção da execução, a menos que o valor acionado: (i) esteja vinculado ou coberto por seguro quando a fiança ou a seguradora, conforme o caso, tiverem assumido responsabilidade em relação a tal sentença, ordem, decreto, sentença, acordo (s) para liquidar ou; (ii) está sendo contestada por procedimentos apropriados, adequadamente instituídos e diligentemente conduzidos e nos dois casos, esse processo não está sendo executado contra nenhuma propriedade do Mutuário</p> <p>Cisão, Fusão e Incorporação: Se houver um processo se iniciado um contra o Mutuário sem aviso, em qualquer tribunal de justiça competente, buscando sua reorganização, liquidação, dissolução, arranjo, dissolução ou composição ou reajuste de suas ações e respectivas dívidas, (ii) a nomeação de um destinatário, custodiano, agente fiduciário, examinador, liquidatário ou semelhante ou de todos ou substancialmente todos os seus respectivos bens ou (iii) semelhante a qualquer lei relativa à falência, insolvência, reorganização, liquidação ou composição ou ajuste de suas dívidas, e esse processo continuar, ou uma ordem, julgamento ou decreto que aprova ou ordene qualquer um dos itens anteriores deverá ser registrada e permanecer sem interrupção e em vigor, por um período de 30 ou mais dias corridos;</p> <p>Protesto de Títulos: Se o Mutuário tiver um protesto de títulos em um valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 70.000.000 (setenta milhões de Reais (ou seu equivalente em qualquer outra moeda), não resolvido no prazo de 30 ou mais dias corridos após o aviso de protesto.</p>
----	--	---------------------	--

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2019, 2018, 2017):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2017	Desembolso em 2018	Desembolso em 2019	Desembolso Total	Garantias
Empréstimos									
Santander Chile*	Capital de Giro	277.718	-	07/03/2016	0%	0%	0%	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	-	05/07/2017	100%	0%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A. (II)	Capital de Giro	320.000	-	28/03/2018	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A. (III)	Capital de Giro	143.580	-	24/12/2018	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	-	06/02/2019	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	-	15/07/2019	0%	0%	100%	100%	-
Financiamentos									
BNDES Capex 2012-2013*	Financiamento do CAPEX	450.171	2012/2013	16/08/2013	0%	0%	0%	79%	Receíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX	476.613	2014/2015	28/12/2015	0%	0%	0%	72%	Receíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	127.265	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	91.605	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX	25.870	2016/2017	25/10/2017	49%	33%	0%	82%	Receíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	81.449	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	58.627	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX	16.557	2016/2017	25/10/2017	49%	33%	0%	82%	Receíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	58.542	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	42.138	2016/2017	25/10/2017	85%	15%	0%	100%	Receíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX	11.900	2016/2017	25/10/2017	49%	33%	0%	82%	Receíveis
Partes relacionadas									
Enel Brasil*	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	175.703	-	-	24%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil*	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	-	-	77%	0%	0%	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588	-	-	0%	100%	0%	100%	-

* Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2017

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2019 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2019

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 87 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

Exercício social findo em 31/12/2017

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 417 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL**

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em						Variações Análise Horizontal	
	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	2019 vs. 2018	2018 vs. 2017
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	303.062	2,87%	267.076	2,75	305.915	3,28%	13,47%	-12,70%
Títulos e valores mobiliários	106.258	1,01%	81.777	0,84%	120.091	1,29%	29,94%	-31,90%
Consumidores e outras contas a receber	1.468.059	13,89%	914.449	9,43%	763.400	8,18%	60,54%	19,79%
Consumidores – serviços prestados	-	0,00%	-	0,00%	85.585	0,92%	0,00%	-100,00%
Ativos financeiros setoriais	138.062	1,31%	229.300	2,36%	75.332	0,81%	-	-
Subvenção CDE – desconto tarifário	295.867	2,80%	322.098	3,32%	346.447	3,71%	-8,14%	-7,03%
Cauções e depósitos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Tributos a compensar	143.446	1,36%	145.833	1,50%	304.050	3,26%	-1,64%	-52,04%
Serviço em curso	32.788	0,31%	55.270	0,57%	65.029	0,70%	-40,68%	-15,01%
Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP	14.953	0,14%	13.766	0,14%	2.637	0,03%	8,62%	422,03%
Outros Créditos	108.455	1,03%	66.468	0,69%	87.594	0,94%	63,17%	-24,12%
Total do ativo circulante	2.610.950	24,71%	2.096.037	21,62%	2.156.080	23,11%	24,57%	-2,78%
Não Circulante								
Consumidores	24.126	0,23%	34.593	0,36%	50.140	0,54%	-30,26%	-31,01%
Depósitos vinculados e litígios	226.268	2,14%	214.571	2,21%	236.510	2,53%	5,45%	-9,28%
Ativos financeiros setoriais	26.458	0,25%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Tributos a compensar	87.433	0,83%	104,458	1,08%	106,406	1,14%	-16,30%	-1,83%
Serviço em Curso	16.600	0,16%	35.596	0,37%	14.351	0,15%	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP	128.279	1,21%	96.364	1,01%	4.329	0,05%	30,41%	2172,21%
Tributos diferidos	276.807	2,62%	322.338	3,32%	420.095	4,50%	-14,13%	-23,27%
Ativo indenizável (concessão)	3.613.155	34,19%	3.378.495	34,84%	2.864.913	30,70%	6,95%	17,93%
Imobilizado	106.893	1,01%	61.175	0,63%	61,619	0,66%	74,73%	-0,72%
Intangível	2.649.716	25,07%	2.673.290	25,75%	2.792.367	29,93%	-0,88%	-4,26%
Ativos contratuais	801.077	7,58%	677.482	6,99%	623.912	6,69%		
Total do ativo não circulante	7.956.812	75,29%	7.600.362	78,38%	7.174.642	76,89%	4,69%	5,93%
Total dos ativos	10.567.762	100,00%	9.696.399	100,00%	9.330.722	100,00%	8,99%	3,92%
Passivo								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	899.501	8,51%	758.868	7,83%	900.125	9,65%	18,53%	-15,69%
Empréstimos e financiamentos	1.260.803	11,93%	1.761.231	18,16%	1.090.025	11,68%	-28,41%	61,58%
Obrigações por arrendamentos	12.759	0,12%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Debêntures	615.915	5,83%	1.511	0,02%	124.737	1,34%	69,21%	-3,99%
Salários, Provisões e encargos sociais	38.864	0,37%	48.143	0,50%	43.072	0,46%	-19,27%	11,77%
Obrigações fiscais	202.650	1,92%	119.762	1,24%	124.737	1,34%	69,21%	-3,99%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos a pagar	112.824	1,07%	87.184	0,90%	46.515	0,50%	29,41%	87,43%
Passivos financeiros setoriais	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa regulamentares	347.743	3,29%	375.897	3,88%	369.210	3,96%	-7,49%	1,81%
Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP	6.523	0,06%	7.680	0,08%	34.291	0,37%	-15,07%	-
Outras obrigações	112.087	1,06%	84.657	0,87%	75.817	0,81%	32,40%	11,66%
Total do passivo circulante	3.609.669	34,16%	3.244.933	33,47%	2.685.422	28,78%	11,24%	20,84%
Não circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	0,00%	454	0,00%	404	0,00%	-100,00%	12,38%
Empréstimos e financiamentos	1.115.264	10,55%	1.250.981	12,90%	1.410.683	15,12%	-10,85%	-11,32%
Debêntures	998.618	9,45%	597.926	6,17%	596.892	6,40%	67,01%	0,17%
Obrigações por arrendamentos	33.888	0,32%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros setoriais	-	0,00%	6.111	0,06%	32.088	0,34%	-100,00%	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	463.222	4,38%	429.975	4,43%	492.442	5,28%	7,73%	-12,69%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	626.392	5,93%	602.204	6,21%	665.104	7,13	4,02	-9,46%
Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP	4.169	0,04%	5.617	0,06%	19.647	0,21%	-25,78%	-
Outras obrigações	4.506	0,04%	269	0,00%	-	0,00%		
Taxa regulamentares	51.058	0,48%	62.378	0,64%	71.072	0,76%	-18,15%	-12,23%
Total do passivo não circulante	3.297.117	31,20%	2.955.915	30,48%	3.288.332	35,24%	11,54%	-10,11%
Patrimônio líquido								
Capital social	2.498.230	23,64%	2.498.230	25,76%	2.498.230	26,77%	0,00%	0,00%
Reserva de capital	23.254	0,22%	23.254	0,24%	23.254	0,25%	0,00%	0,00%
Reserva de lucros	1.138.795	10,78%	976.874	10,07%	826.920	8,86%	16,58%	18,13%
Outros resultados abrangentes	697	0,01%	(2.807)	-0,03%	8.564	0,09%	-124,83%	-132,7%8
Total do patrimônio líquido	3.660.976	34,64%	3.495.551	36,05%	3.356.968	35,98%	4,73%	4,13%
Total dos ativos	10.567.762	100,00%	9.696.399	100,00%	9.330.722	100,00%	8,99%	3,92%

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2019 versus 2018**Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 303.062 mil) aumentou em R\$ 35.986 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 267.076 mil),

Renda de Aplicação Financeira (incremento de R\$ 9 milhões): em função de maior volume de caixa médio aplicado entre os períodos analisados.

Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 13 milhões): decorrente de maior efetividade nas ações de negociação e cobrança aos clientes.

Variações monetárias de ativos financeiros setoriais (incremento em R\$ 25 milhões): decorrente de maior saldo médio de ativos financeiros setoriais líquido entre os períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ganho disputa judicial Furnas (incremento de R\$ 104 milhões): em decorrência de uma decisão judicial favorável à Companhia referente a nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, de 1986, as quais estabeleciam novas tarifas para Furnas e novas tarifas de repasse para Itaipu. Essas portarias violaram os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então Plano Cruzado.

Encargos com vendas de recebíveis (redução de despesa em R\$ 89 milhões): em razão do fim da operação de venda de recebíveis.

IOF/IOC (redução de R\$ 5 milhões): decorrente da redução no número de operações intercompany.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Receita de ativo indenizável (redução de receita em R\$ 90 milhões): reflete a baixa de atualização financeira sobre os ativos financeiros indenizáveis, os quais não foram reconhecidos pela Aneel durante o processo de revisão tarifária no montante de R\$ 90 milhões.

Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R\$ 28 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 180 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1,700 bilhão, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R\$ 721 milhões.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2019, esta conta totalizou R\$ 295.867 mil, uma diminuição de R\$ 26.231 mil em relação a 31 de dezembro de 2018 (R\$ 322.098). A variação é decorrente, principalmente, de:

(i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 295.284 (R\$ 290.885 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2019, os SWAP apresentava R\$ 143.232 totalizando um aumento de R\$ 31.102 comparado 31 de dezembro de 2019 (R\$ 112.130), a variação deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2019, gerando resultados positivos nos derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.613.155 mil, um aumento de R\$ 234.660 mil em relação a 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.378.495 mil). Esta variação foi decorrente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente, do efeito de R\$ 190.573 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 44.087 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,23% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 9,25% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme expediente prático determinado pela norma em questão.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresenta materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2019 e 2018 no valor de R\$ 376.346 mil deve-se, principalmente por: (i) captações de recursos com o BNP, (ii) emissão de debêntures no valor de R\$ 1 bilhão; (iii) provisão de encargos e variações monetária de aproximadamente R\$ 165 milhões; compensados, por (iv) amortizações em torno de R\$ 991.557 milhões, pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 103 milhões ocorridos entre os períodos, pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES, no montante de R\$ 719.000.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2019.

Variações patrimoniais: 2018 versus 2017

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 267.076 mil) sofreu uma redução de R\$ 38.839 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 305.915 mil), decorrente, principalmente, de maiores custos com encargos de CDE e energia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2018, esta conta totalizou R\$ 322.098 mil, uma redução de R\$ 24.349 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 346.447). A variação é decorrente, principalmente, de compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE.

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016, 2.207/2017 e 2.377/2018), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 328.062 (R\$ 347.349 em 2017), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante (Tributos a Compensar):

Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a compensar do ativo circulante totalizaram R\$ 145.833 mil, uma redução de R\$ 158.217 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 304.050 mil). Esta variação é em função, principalmente, da ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, a qual foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. A Companhia utilizou em 6 meses de 2018 como compensação de impostos a pagar.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.378.495 mil, um aumento de R\$ 513.582 mil em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.864.913 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 379.965 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 133.617 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e sobre o custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,21% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP) e Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiros derivativos – SWAP):

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 366.614 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) realização de operações de crédito intercompanhia no montante aproximado de R\$ 114.382 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse do BNDES em torno R\$ 86.866 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 320.000 milhões, (iv) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 295.396 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

compensados, por (v) amortizações em torno de R\$ 287.118 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 173.768 milhões ocorridos entre os períodos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2019		Exercício social findo em 31/12/2018		Exercício social findo em 31/12/2017		Var. % 2019 x 2018	Var. % 2018 x 2017
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	9.610.955	100,0%	8.943.974	100,0%	8.377.612	100,0%	7,46%	6,76%
Fornecimento de Energia	7.609.715	79,18%	6.923.371	77,41%	6.234.754	74,42%	9,91%	11,04%
Suprimento de Energia Elétrica	100.493	1,05%	79.892	0,89%	72.508	0,87%	25,79%	10,18%
Baixa Renda	35.238	0,37%	41.461	0,46%	35.817	0,43%	-15,01%	15,76%
Subvenção CDE - desconto tarifário	207.139	2,16%	185.084	2,07%	182.936	2,18%	11,92%	1,17%
Disponibilidade da Rede Elétrica	787.317	8,19%	595.346	6,66%	484.887	5,79%	32,25%	22,78%
Receita de Construção	718.037	7,47%	669.723	7,49%	1.043.446	12,46%	7,21%	-35,82%
Ativos e passivos financeiros setoriais	52.969	0,55%	171.317	1,92%	242.827	2,90%	-69,08%	-29,45%
Outras Receitas	100.047	1,04%	277.780	3,11%	80.437	0,96%	-63,98%	245,34%
Deduções da Receita	(3.706.669)	-38,57%	(3.483.085)	100,00%	(3.039.332)	-36,28%	6,42%	14,60%
ICMS	(2.176.670)	-22,65%	(1.946.365)	-21,76%	(1.732.793)	-20,68%	11,83%	12,33%
PIS	(149.433)	-1,55%	(137.588)	-1,54%	(130.251)	-1,55%	8,61%	5,63%
COFINS	(688.296)	-7,16%	(633.737)	-7,09%	(512.159)	-6,11%	8,61%	23,74%
ISS	(4.189)	-0,04%	(3.681)	-0,04%	(3.382)	-0,04%	13,80%	8,84%
Encargo Setorial CDE	(628.684)	-6,54%	(747.874)	-8,36%	(612.817)	-7,31%	-15,94%	22,04%
Programa de eficiência energética e P&D	(51.309)	-0,53%	(47.039)	-0,53%	(42.254)	-0,50%	9,08%	11,32%
Taxa de Fiscalização	(8.088)	-0,08%	(7.619)	-0,09%	(5.676)	-0,07%	6,16%	34,23%
Ressarcimento P&D	-	0,00%	40.818	0,46%	-	0,00%	-	-
Receita Operacional Líquida	5.904.286	61,43%	5.460.889	61,1%	5.338.280	63,7%	8,1%	2,3%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(5.260.986)	-54,74%	(4.839.377)	-54,11%	(4.995.719)	-59,63%	8,71%	-3,13%
Custos e despesas não gerenciáveis	(3.306.401)	-34,40%	(3.044.860)	-34,04%	(2.794.641)	-33,36%	8,59%	8,95%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.781.364)	-28,94%	(2.570.202)	-28,74%	(2.483.259)	-29,64%	8,22%	3,50%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(522.756)	-5,44%	(514.309)	-5,75%	(380.621)	-4,54%	1,64%	35,12%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(16.499)	-0,17%	(12.693)	-0,14%	(19.515)	-0,23%	29,99%	-34,96%
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	14.218	0,15%	52.344	0,59%	88.754	1,06%	-	-
Custos e despesas gerenciáveis	(1.954.585)	-20,34%	(1.794.517)	-20,06%	(2.201.077)	-26,27%	8,92%	-18,47%
Pessoal	(139.746)	-1,45%	(144.486)	-1,62%	(140.606)	-1,68%	-3,28%	2,76%
Material e Serviços de Terceiros	(461.855)	-4,81%	(446.893)	-5,00%	(448.824)	-5,36%	3,35%	-0,43%
Custo de desativação de bens	(21.641)	-0,23%	(41.468)	-0,46%	(52.915)	-0,63%	-47,81%	-21,63%
Depreciação e Amortização	(417.073)	-4,34%	(314.717)	-3,52%	(294.621)	-3,52%	32,52%	6,82%
PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(47.865)	-0,50%	(98.634)	-1,10%	(131.431)	-1,57%	-51,47%	-24,95%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(103.546)	-1,08%	(39.175)	-0,44%	(37.820)	-0,45%	164,32%	3,58%
Perda de Receíveis de Clientes	(87.339)	-0,91%	(37.810)	-0,42%	(2.871)	-0,03%	130,99%	1216,96%
Custo de Construção	(718.037)	-7,47%	(669.723)	-7,49%	(1.043.446)	-12,46%	7,21%	-35,82%
Indenizações DIC/FIC	-	0,00%	-	0,00%	(53.692)	-0,64%	n/a	-100,00%
Recuperação de perdas	8.813	0,09%	-	0,00%	-	0,00%	n/a	n/a
Receita de multa por impuntualidade de clientes	64.711	0,67%	53.791	0,60%	50.059	0,60%	20,30%	7,46%
Outras Despesas Operacionais	(31.007)	-0,32%	(55.402)	-0,62%	(44.911)	-0,54%	-44,03%	23,36%
EBITDA	1.060.373	11,0%	936.230	10,5%	637.181	7,6%	13,3%	46,9%
Resultado do Serviço	643.300	6,7%	621.513	6,9%	342.561	4,1%	3,5%	81,4%
Resultado Financeiro	(220.700)	-2,30%	(351.957)	-3,94%	(490.635)	-5,86%	-37,29%	-28,27%
Receita Financeira	709.997	7,39%	951.425	10,64%	429.512	5,13%	-25,38%	121,51%
Renda de Aplicação Financeira	20.575	0,21%	11.253	0,13%	14.782	0,18%	82,84%	-23,87%
Juros e atualização financeira por impuntualidade de clientes	41.205	0,43%	28.637	0,32%	29.468	0,35%	43,89%	-2,82%
Variações monetárias	10.668	0,11%	13.369	0,15%	23.477	0,28%	-20,20%	-43,05%
Receita financeira de ativo indenizável	44.087	0,46%	133.617	1,49%	74.436	0,89%	-67,00%	79,51%
Atualização crédito de PIS/COFINS	-	0,00%	1.302	0,01%	148.060	1,77%	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	452.226	4,71%	754.008	8,43%	123.770	1,48%	-40,02%	509,20%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	33.923	0,35%	8.628	0,10%	-	0,00%	-	n/a
Ganho disputa judicial Furnas	103.625	1,08%	-	0,00%	-	0,00%	-	n/a
Outras receitas financeiras	10.322	0,11%	5.054	0,06%	15.519	0,19%	104,23%	-67,43%
Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(6.634)	-0,07%	(4.443)	-0,05%	-	0,00%	49,31%	n/a
Despesa Financeira	(930.697)	-9,68%	(1.303.382)	-14,57%	(920.147)	-10,98%	-28,59%	41,65%
Encargo de dívidas	(226.634)	-2,36%	(190.256)	-2,13%	(266.955)	-3,19%	19,12%	-28,73%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(63.352)	-0,66%	(64.469)	-0,72%	(121.968)	-1,46%	-1,73%	-47,14%
Encargo de fundo de pensão	(31.967)	-0,33%	(33.411)	-0,37%	(45.898)	-0,55%	-4,32%	-27,21%
Variações monetárias debêntures	-	0,00%	-	0,00%	(12.943)	-0,15%	n/a	-100,00%
Juros debêntures	(84.575)	-0,88%	(42.594)	-0,48%	(64.191)	-0,77%	98,56%	-33,64%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(442.718)	-4,61%	(789.877)	-8,83%	(178.038)	-2,13%	-43,95%	343,66%
IOF	(4.986)	-0,05%	(9.750)	-0,11%	(19.177)	-0,23%	-48,86%	-49,16%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	0,00%	-	0,00%	(31.907)	-0,38%	-	-
Encargos com vendas de recebíveis	(13.486)	-0,14%	(102.284)	-1,14%	(121.000)	-1,44%	-	-
Custos pré-pagamento BNDES	(28.063)	-0,29%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Outras despesas financeiras	(34.916)	-0,36%	(70.741)	-0,79%	(58.070)	-0,69%	-50,64%	21,82%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	422.600	4,4%	269.556	3,0%	(148.074)	-1,8%	56,8%	-282,04%
Tributos (IR e CSLL)	(143.342)	-1,5%	(98.310)	-1,1%	45.097	0,5%	45,8%	-318,00%
Lucro Líquido do Período	279.258	2,9%	171.246	1,9%	(102.977)	-1,2%	63,1%	-266,30%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultados 2019 x 2018

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2019 com um total de 2.938.895 consumidores, o que representa uma redução de 5,4% no número de consumidores em relação ao registrado em 2018. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais de baixa renda, com diminuição de 21.407 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, à exigência regulatória de atualização cadastral. Os clientes sem informação cadastral foram suspensos até regularizar sua situação junto à Companhia. Em 2019 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 272 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2019 apresentou um incremento de 145 GWh em relação ao ano de 2018. Este incremento é o efeito combinado de: (i) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2019, de 108 GWh e 63 GWh, respectivamente; parcialmente compensado pela (ii) retração observada no mercado cativo da Companhia de 26 GWh. A energia transportada gera uma receita para a Enel Distribuição Rio através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 0,3% no ano de 2019 quando comparado ao ano de 2018. O principal fator que ocasionou essa retração no consumo foi a migração para o mercado livre de clientes industriais e comerciais.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio apresentou um incremento de R\$ 667 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 8,9 bilhões, o que representa um incremento de 7,5% (R\$ 619 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,3 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 696 milhões): Este aumento está associado a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 0,3% (8.521 GWh em 2019 versus 8.547 GWh em 2018).

Receita de uso da rede elétrica (incremento de R\$ 192 milhões): deve-se (i) à revisão tarifária de 2019 e (ii) ao aumento de 4,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.538 GWh em 2019 versus 2.430 GWh em 2018).

Subvenção de recursos da CDE (incremento de R\$ 22 milhões): em função da diferença na homologação dos valores mensais das subvenções recebidas da CCEE pela Companhia para os ciclos 2019/2020 (R\$ 16,8 milhões/mês) e 2018/2019 (R\$ 16,0 milhões/mês).

Venda de Energia Excedente - MVE (incremento de R\$ 18 milhões): em razão da Companhia ter aderido, a partir de janeiro de 2019, ao mecanismo de venda de excedentes, conforme Resolução Normativa N° 824, de 10 de julho de 2018.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres (incremento de R\$ 8 milhões): em função do aumento das despesas com indenizações DIC/FIC, que tomam como base os indicadores individuais de qualidade do fornecimento de energia.

Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 118 milhões): esta redução deve-se a menor constituição de ativos financeiros regulatórios relativo à compra de energia e outros encargos em conjunto com a maior amortização de CVA (conta de variação da parcela A) relativo a compra de energia (R\$ 264 milhões), parcialmente compensado com a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias (R\$ 146 milhões), antes registrada em outras receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (redução de R\$ 178 milhões): devido a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 146 milhões em 2019 vs. R\$ 192 milhões em 2018). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mutuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R\$ 224 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Tributos (incremento de R\$ 297 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Este efeito foi parcialmente compensado por:

Encargos Setoriais (redução de R\$ 74 milhões): em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R\$ 5,2 bilhões, um incremento de R\$ 422 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 4,54 bilhões o que representa um incremento de R\$ 373 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 4,17 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R\$ 262 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 211 milhões): deve-se, basicamente, ao aumento da demanda entre os períodos analisados.
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 8 milhões): se explica, principalmente pelo incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão.
- Ressarcimento de encargos/Encargos dos serviços dos sistemas (redução da receita em R\$ 38 milhões): decorrente de redução no ressarcimento do encargo da CONER – Conta de Energia Reserva. Ressalta-se que o resultado líquido entre o ressarcimento e os encargos de serviço do sistema são integralmente repassados aos consumidores via tarifa.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 160 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 1,24 bilhões, o que representa um incremento de 9,9% (R\$ 112 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,12 bilhões:

- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 15 milhões): deve-se ao aumento dos serviços referentes a manutenção da rede elétrica, parcialmente compensado pela finalização de alguns projetos e serviços no primeiro trimestre de 2019, o que gerou o encerramento de alguns contratos de terceiros.
- Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 102 milhões): decorre do (i) aumento da base de ativos, reflexo de maior volume de investimentos realizados ao longo do último ano; e de (ii) ajuste referente a ativos financeiros indenizáveis não reconhecidos pela Aneel, os quais foram transferidos para ativo intangível da concessão. Com isso foi realizado também o ajuste de depreciação desses ativos retroagindo a setembro de 2018.
- Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (incremento de R\$ 64 milhões): decorre de (i) reavaliação de alguns processos cíveis, cuja avaliação de risco passou de possível/remoto para provável; e do (ii) ingresso de novas contingências cíveis, envolvendo demandas judiciais relativas à rede elétrica e ao de fornecimento de energia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Perda de recebíveis de clientes (incremento de R\$ 50 milhões): em função do aumento de baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Custo de Desativação de Bens (redução de R\$ 20 milhões): pelo maior volume de investimentos ao longo de 2018, que gerou desativação de bens não totalmente depreciados.
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (redução de R\$ 51 milhões): em razão da reversão de provisão para cobrir possíveis perdas com créditos de clientes com TOI (termo de ocorrência de irregularidade). Após análise da base histórica desses clientes identificou-se que os mesmos apresentaram melhoria em seu perfil de crédito. Este efeito foi parcialmente compensado pelo fim da operação de venda de recebíveis, uma vez que esta base de clientes passou a ser considerada no cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.
- Outras receitas/despesas operacionais (redução de R\$ 24 milhões): principalmente em função de (i) reclassificação das despesas dos arrendamentos mercantis operacionais, as quais eram registradas como outras despesas operacionais e passaram a ser registradas como amortização do direito de uso (R\$ 7 milhões); (ii) redução no custo com sistemas compartilhados (R\$ 2 milhões) e (iii) redução de despesas com ajustes de diferenças identificadas em inventário (R\$ 6 milhões).
- Recuperação de Perdas (incremento de R\$ 8 milhões): devido à decisão judicial favorável a Companhia relativa a uma dívida com o Estado do ano de 1994.
- Receita de multa por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 11 milhões): em função de maior cobrança de multas e juros de mora de clientes em relação ao mesmo período do ano anterior

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 1.060 bilhão no ano de 2019, o que representa um aumento de R\$ 124 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 936 milhões. A margem EBITDA ex- Receita de Construção da Companhia em 2019 foi de 20,45%, o que representa um incremento de 0,91 p.p. em relação a 2018, de 19,54%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio encerraram o exercício de 2019 em R\$ 221 milhões, uma redução de R\$ 131 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

Renda de Aplicação Financeira (incremento de R\$ 9 milhões): em função de maior volume de caixa médio aplicado entre os períodos analisados.

Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 13 milhões): decorrente de maior efetividade nas ações de negociação e cobrança aos clientes.

Variações monetárias de ativos financeiros setoriais (incremento em R\$ 25 milhões): decorrente de maior saldo médio de ativos financeiros setoriais líquido entre os períodos analisados.

Ganho disputa judicial Furnas (incremento de R\$ 104 milhões): em decorrência de uma decisão judicial favorável à Companhia referente a nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, de 1986, as quais estabeleciam novas tarifas para Furnas e novas tarifas de repasse para Itaipu. Essas portarias violaram os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então Plano Cruzado.

Encargos com vendas de recebíveis (redução de despesa em R\$ 89 milhões): em razão do fim da operação de venda de recebíveis.

IOF/IOC (redução de R\$ 5 milhões): decorrente da redução no número de operações intercompany.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Receita de ativo indenizável (redução de receita em R\$ 90 milhões): reflete a baixa de atualização financeira sobre os ativos financeiros indenizáveis, os quais não foram reconhecidos pela Aneel durante o processo de revisão tarifária no montante de R\$ 90 milhões.

Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R\$ 28 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um incremento de R\$ 45 milhões em relação ao ano de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2019 um lucro de R\$ 279 milhões, R\$ 108 milhões superior ao registrado no ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 171 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2019 foi de 5,38%.

Resultados 2018x2017

A Ampla Energia encerrou o ano de 2018 com um total de 3.107.905 consumidores, o que representa um incremento de 2,6% no número de consumidores em relação ao registrado em 2017. O mercado cativo da Companhia apresentou um aumento entre os períodos analisados, com destaque para o acréscimo observado na classe comercial, com mais 13.497 novos consumidores. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 239 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2018 apresentou uma retração de 14 GWh em relação ao ano de 2017. Esta redução é o efeito combinado de uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 148 GWh, parcialmente compensada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2018, 117 GWh e 17 GWh, respectivamente. A energia transportada gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 1,7% no ano de 2018 quando comparado ao ano de 2017. Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -1,8%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Ampla sofreu um incremento de R\$ 566 milhões em relação ao ano de 2017. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2018, alcançou o montante de R\$ 8,3 bilhões, o que representa um incremento de 12,8% (R\$ 940 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,3 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 715 milhões): Este aumento está associado, principalmente, ao Reajuste Tarifário de 2018, aplicado a partir de 15 de março de 2018, que aumentou as tarifas dos consumidores da Ampla em 21,04% em média (6,51% em 2017), parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 1,7% (8.547 GWh em 2018 versus 8.695 GWh em 2017).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Disponibilidade da Rede Elétrica (incremento de R\$ 110 milhões): deve-se (i) ao reajuste tarifário de 2018 e (ii) ao aumento de 5,0% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.430 GWh em 2018 versus 2.313 GWh em 2017).

Outras Receitas (incremento de R\$ 171 milhões): em função, principalmente, de e reclassificação da receita proveniente dos recursos de bandeiras tarifárias, a qual em 2017 estava classificada na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, de modo a atender o despacho Nº 4.356/2017, aliado ao aumento dessas receitas para cobrir maiores custos de energia em 2018. Esse incremento foi parcialmente compensado com os custos de ressarcimentos a clientes no montante R\$ 26 milhões em 2018, os quais estavam classificados em custos operacionais em 2017 (R\$ 54 milhões).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 72 milhões): esta redução deve-se, principalmente, a reclassificação da receita proveniente dos recursos de bandeiras tarifárias, de modo a atender o despacho Nº 4.356/2017.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2018 apresentaram um incremento de R\$ 444 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Tributos (incremento de R\$ 343 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (incremento de R\$ 101 milhões): Variação decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento da quota de CDE, no qual destaca-se o incremento do orçamento da CDE – USO, conforme Resolução Homologatória Nº 2.368, de 9/2/2018, que aprovou as cotas anuais da CDE para o ano de 2018; e (ii) aumento das cotas anuais do encargo tarifário para o exercício de 2018, conforme nova Resolução Homologatória Nº 2.446/2018, de 04/09/2018. Este efeito foi parcialmente compensado pela rubrica de Ressarcimento P&D, em função de devolução, pela União, do excedente de arrecadação do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida – ROL, instituído pela Lei nº 12.111/2009. Esse excedente foi repassado às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2018 alcançaram R\$ 4,8 bilhões, uma redução de R\$ 156 milhões em relação ao ano de 2017. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2018, alcançaram o montante de R\$ 4,17 bilhões o que representa um incremento de R\$ 217 milhões em relação ao ano de 2017, cujo montante foi de R\$ 3,95 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 250 milhões), as quais são explicadas, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 87 milhões): deve-se, principalmente, a reajustes contratuais e entrada de contratos de custo maior;
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 134 milhões): se explica, basicamente, por incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão;
- Ressarcimento de encargos/Encargos dos serviços dos sistemas (redução da receita em R\$ 29 milhões): decorrente de redução do encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema por uma melhora do índice pluviométrico e uma redução dos riscos de geração térmica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos e despesas gerenciáveis (redução de R\$ 407 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2018, alcançaram o montante de R\$ 1,12 bilhões, o que representa uma redução de 2,8% (R\$ 33 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,16 bilhões:

- (i) Redução de R\$ 11 milhões no custo de desativação de bens decorrente de um menor volume de investimentos realizados em 2018;
- (ii) Redução de R\$ 33 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em função, principalmente, de menor provisão para cobrir possíveis perdas com inadimplência de consumidores residenciais, com créditos vencidos há mais de 180 dias.
- (iii) Redução de R\$ 54 milhões nas Indenizações DIC/FIC decorrente de reclassificação destas despesas. De acordo com o novo pronunciamento CPC 47/IFRS15 esta compensação passou a ser registrada como redutora da receita operacional na rubrica de outras receitas. Em 2018, a Companhia registrou R\$ 26 milhões relativo às indenizações de DIC/FIC aos consumidores.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- (iv) Incremento de R\$ 20 milhões em Depreciação e Amortização em decorrência do aumento da base de ativos.
- (v) Aumento de R\$ 45 milhões em outras despesas operacionais em razão, principalmente, do aumento, em 2018, das perdas de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 936 milhões no ano de 2018, o que representa um aumento de R\$ 299 milhões em relação ao ano de 2017, cujo montante foi de R\$ 637 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2018 foi de 19,54%, o que representa um incremento de 4,70 p.p. em relação a 2017, de 14,84%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla Energia encerraram o exercício de 2018 em R\$ 352 milhões, uma redução de R\$ 139 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

Receita de ativo indenizável (incremento de R\$ 59 milhões): reflete o aumento do IPCA acumulado entre os períodos analisados (3,75% em 2018 versus 2,95% em 2017).

Variações monetárias de ativos e passivos setoriais - receitas/despesas (redução de despesa em R\$ 41 milhões): decorrente da constituição de ativos regulatórios ao longo do ano de 2018, o que gerou receita de variação monetária.

Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – receita/despesa (redução de despesa em R\$ 18 milhões): reflete a marcação a mercado da ponta ativa e passiva dos derivativos (swaps).

Encargos de dívidas e juros e variação monetária de debentures (redução de R\$ 111 milhões): deve-se, principalmente, a redução do CDI entre os períodos analisados (6,47% em 2018 versus 10,05% em 2017), em conjunto com a capitalização de R\$ 39 milhões relativos ao custo sobre os financiamentos de investimentos em curso no ano de 2018.

Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de 57 milhões): decorrente da redução do saldo médio de provisão para contingências ao longo de 2018.

Encargos com vendas de recebíveis (redução de R\$ 19 milhões): explica-se, principalmente, pela redução de custos na venda de recebíveis (em média, 2,1% em 2018 versus 3,0% em 2017).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atualização de crédito PIS/COFINS (redução de R\$ 147 milhões): efeito extraordinário registrado em 2017 relativo à decisão judicial favorável à Companhia, referente a restituição do valor pago de COFINS entre os meses de abril/1992 e agosto/1996, período em que a Companhia gozava de imunidade tributária.

Outras receitas financeiras (redução de R\$ 15 milhões): em razão, principalmente, de liquidação de créditos junto a fornecedor de energia em 2018. Esses créditos geraram receita de atualização financeira em 2017.

Outras despesas financeiras (incremento de R\$ 13 milhões): Variação em função dos seguintes fatores: (i) aumento de custos com a contratação de seguros garantia; e (ii) aumento das ações de cobrança através de descontos na quitação de dívidas de clientes.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma despesa de R\$ 98 milhões, o que representa um incremento de R\$ 143 milhões em relação ao ano de 2017 (receita de R\$ 45 milhões). Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2018 um lucro de R\$ 171 milhões, R\$ 274 milhões superior ao registrado no ano de 2017, prejuízo de R\$ 103 milhões. A margem líquida em 2018 foi de 3,57%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2017, 2018, 2019 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2019

Em 2019, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.609 milhões, resultado da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, o que também impactou a receita de uso da rede elétrica, com incremento de R\$ 192 milhões.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, com redução de R\$118 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mútuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços.

2018

Em 2018, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.950 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2018, que passou a vigorar a partir de 15 de março de 2018, gerando um incremento médio de 21,04% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2018 foram os repasses de bandeiras tarifárias, registrados em outras receitas. Estes repasses geraram um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 182 milhões, os quais foram parcialmente compensados com os custos de ressarcimentos a clientes no montante R\$ 26 milhões em 2018, os quais também são registrados em outras receitas.

2017

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.235 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2017, que passou a vigorar a partir de março de 2017 gerando uma redução média de 6,51% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2017 foram os ativos e passivos financeiros setoriais, período em que foram registrados mais ativos regulatórios que foram contemplados na tarifa definida no reajuste tarifário de março de 2018. Com isso, a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, gerou um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 761 milhões. Os ativos regulatórios devem-se, principalmente, a um maior custo de compra de energia ao longo do ano em relação ao que se encontra na tarifa.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Além disso, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2019, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: A tarifa amarela sofreu acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19). A partir de 01/11/19: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

De 01/02/2017 à 31/10/2017: A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.203/2017)

De 01/11/2017 a 30/04/2018: A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: As tarifas tiveram os seguintes acréscimos: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

De 01/07/2019 a 31/10/2019: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2019 e 2018, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Vermelha (Patamar 1)	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Amarela	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

Revisão Tarifária

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e vigorou de 15 a 31 de março de 2019.

Revisão Tarifária Extraordinária

A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar a quitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019. Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel Distribuição Rio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020. A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

Revisão Tarifária

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 2018, a Companhia passou pela quarta revisão tarifária periódica aprovada em caráter provisório, em virtude dos valores provisórios da Base de Remuneração Regulatória, aplicada a partir de 15 de março de 2018. A revisão tarifária média foi de 21,04%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.377, de 13 de março de 2018, com vigência de 15 de março de 2018 a 14 de março de 2019. Para os consumidores de baixa tensão, houve um aumento em torno de 21,46%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 19,94%.

Assinatura do 6º Aditivo ao Contrato de Concessão e Reajuste Tarifário Anual

Em 14 de março de 2017, a Ampla assinou o 6º Aditivo ao Contrato de Concessão com as novas regras conforme resultados das Audiências Públicas (AP) nº 095 e 058. Nessas audiências foram discutidas a regulamentação e a aplicação dos procedimentos tarifários a serem adotados para as distribuidoras que assinarem, por opção, o termo aditivo com as novas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

regras, de acordo com o Despacho nº 2.194/2016. Dentre os principais temas contemplados no Aditivo, que visa contribuir para a sustentabilidade da atividade de concessão da Companhia, estão: (i) a trajetória de perdas não técnicas que irá compor as tarifas até 2019; (ii) a trajetória para adequação dos indicadores de qualidade do serviço que deverão ser atendidos pela Companhia e (iii) a antecipação da próxima Revisão Tarifária de março de 2019 para março de 2018. As novas regras já foram aplicadas no reajuste tarifários de 2017.

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis****2019**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2018

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2017

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:****31.12.2019**

Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**2019**

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2018

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2017

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Mensuração dos benefícios definidos

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(iv) contratos de construção não terminada

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2019 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 272 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2019 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimento	2019	2018	2017
Novas conexões	271.711	239.260	311.058
Rede	245.351	213.170	516.305
Combate às Perdas	54.427	49.357	102.601
Qualidade do Sistema Elétrico	190.924	163.813	413.705
Outros	207.428	221.201	189.728
Variação de Estoque	(11.414)	653	82.093
Total Investido	713.076	674.285	1.099.184
Aportes / Subsídios	(3.166)	(27.252)	(77.623)
Investimento Líquido	709.910	647.033	1.021.561

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo)

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros. Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra. Para os próximos anos, a Companhia estima manter este nível médio de investimentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

No contexto de prevenção a pandemia declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS – referente ao novo-coronavírus (COVID-19). Como resposta, a ANEEL adotou medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas; e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 07 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo tesouro nacional. Dessa forma, no dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou a partir de 01 de abril, adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em **constituição** da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta, serão originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos, e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.